



Câmara Municipal de Itabirito

## **REQUERIMENTO Nº \_\_\_, 09 DE FEVEREIRO DE 2026**

Requer informações à Secretaria Municipal de Saúde acerca da articulação entre as Unidades Básicas de Saúde e o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) no fluxo de dispensação de medicamentos para pacientes de saúde mental, considerando relatos de interrupção de acesso por falhas de comunicação e logística, com solicitação de manifestação técnica e administrativa sobre as providências adotadas.

Senhor Presidente,

O Vereador que este subscreve, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria Municipal de Saúde, para que preste esclarecimentos acerca da articulação entre as unidades de atendimento em saúde mental da rede básica e o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), especialmente no que se refere à dispensação e ao fluxo de medicamentos aos pacientes.

O presente requerimento decorre de diversos relatos recebidos por este gabinete de pacientes e familiares, indicando a ocorrência recorrente de interrupções no acesso a medicamentos de uso contínuo para tratamento de saúde mental, situação que tem gerado insegurança, agravamento de quadros clínicos e prejuízos diretos à qualidade de vida dos moradores atendidos pela rede pública.

Diante desses relatos, foi realizada apuração preliminar por este gabinete, a partir de diálogos com usuários do sistema, profissionais e unidades envolvidas, tendo sido constatado que não se trata, em regra, de desabastecimento de medicamentos, mas sim de falhas de comunicação, articulação e logística entre o atendimento psicossocial das Unidades Básicas de Saúde e o CAPS, o que acaba por impedir que os medicamentos cheguem de forma adequada e contínua aos pacientes que deles necessitam.

A ausência de alinhamento entre os serviços compromete o fluxo assistencial, gera desinformação aos usuários e resulta, na prática, em falta de medicamento na ponta do atendimento, afetando diretamente o morador que depende do tratamento regular para manutenção de sua saúde mental e estabilidade clínica.

Diante desse cenário, requer-se que a Secretaria Municipal de Saúde informe se tem ciência dessa falha de articulação entre os serviços, bem como apresente seu parecer técnico e administrativo sobre a situação relatada, esclarecendo quais medidas vêm sendo adotadas ou estão previstas para corrigir o fluxo logístico, aprimorar a comunicação entre as equipes do CAPS e da Atenção Básica, e garantir que os pacientes não sejam prejudicados por falhas operacionais.

## **JUSTIFICATIVA**

A presente proposição se justifica diante do volume de relatos recebidos por este gabinete de pacientes e familiares acerca de dificuldades recorrentes no acesso a medicamentos de uso contínuo destinados ao tratamento de saúde mental, situação que, na prática, tem causado interrupções terapêuticas, insegurança e risco de agravamento de quadros clínicos. Tratando-se de medicações frequentemente essenciais à estabilidade do paciente, qualquer descontinuidade pode gerar impactos relevantes, inclusive com aumento de crises e necessidade de atendimentos de urgência.

A partir de apuração preliminar realizada pelo gabinete, verificou-se que a situação relatada não decorre, em regra, de desabastecimento real, mas de falhas de comunicação, articulação e logística entre o atendimento psicossocial realizado nas Unidades Básicas de Saúde e o CAPS, o que compromete o fluxo assistencial e impede que o medicamento chegue ao usuário de forma regular. Ainda que o estoque exista em algum ponto da rede, a ausência de alinhamento operacional acaba produzindo, para o morador, o mesmo efeito concreto: falta de medicamento no momento em que ele precisa.

Dessa forma, torna-se necessário que a Secretaria Municipal de Saúde se manifeste formalmente sobre o diagnóstico apontado, esclarecendo se tem ciência da falha de integração, qual seu parecer técnico e administrativo, e quais medidas serão adotadas para corrigir o fluxo, padronizar procedimentos e fortalecer a comunicação entre os serviços. O objetivo é evitar que problemas de logística e articulação interna repercutam diretamente no tratamento do paciente, assegurando continuidade do cuidado e efetividade da política pública de saúde mental.

Sala de Reuniões, 09 de Fevereiro de 2026